

# POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

<sup>1</sup>Ronielle Eliza dos Santos

<sup>2</sup>Mauricio Fagundes

## RESUMO:

Nos últimos vinte anos, a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural que precisa ser compreendida. A educação e a escola também são interrogadas por essa dinâmica e muitos se voltam sensibilizados para produzir referenciais teóricos capazes de compreender a nova dinâmica do campo brasileiro. O movimento por uma Educação do campo pretende obter maior atenção dos governos federais, estaduais e municipais para seu dever de garantir o direito à educação para crianças e adolescentes, jovens e adultos que trabalham e vivem no e do campo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação como direito, identidade, processo social, sociedade.

## CONTEXTO

A Educação do Campo nasce de “outro” olhar sobre o campo, um olhar que deixa de ser aquele existente na sociedade em que considerava o campo como um lugar inferior, e que o único caminho para o desenvolvimento tanto econômico, cultural era o espaço urbano. Essa importância do campo cresce sobre um olhar relacionado à um projeto de desenvolvimento e sobre diferentes sujeitos do campo, no qual projeta esses sujeitos valorizando sua história e também seus direitos.

De acordo com Buarque (2006), o campo não pode se limitar apenas ao fator econômico do desenvolvimento, mas a valorização social, ambiental e cultural, ou seja, aos fatores endógenos, reduzindo a dependência externa.

No ano de 1997, aconteceu o Encontro Nacional de Educadoras e

<sup>1</sup>Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Jacarezinho, e-mail: ronielle.eliza@hotmail. com tel.(043) 35371455

<sup>2</sup>Educador Orientador, UFPR Litoral.

educadores da reforma Agrária ENERA. Neste evento começaram a se materializar as ideias que vinham matutando desde a segunda metade da década de 1980, com a criação do Setor de educação na estrutura organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Foi muito importante a razão pela qual nasceram as ideias de uma Educação do Campo, devido à aquele tempo ter um outro olhar sobre o campo. As lutas e as conquistas pela terra construindo assim um território desenvolvendo com uma nova realidade, que são os assentamentos rurais. Nesses territórios os sem-terra deram a pensar e acreditar que era possível, construir uma escola naquele espaço.

E quando quase todos diziam que isso era impossível, eles persistiram em fazer, do mesmo modo que insistiram e resolveram entrar na terra, eles decidiram criar a escola da terra, onde se desenvolveria uma educação aberta para o mundo desde o campo.

Essa nova realidade foi percebida nas universidades e nos centros de pesquisas, que queriam compreender as novas configurações que se formavam no campo brasileiro, e para isso começaram a desenvolver metodologias e produzir referenciais teóricos.

Pois era preciso ver o campo, não como o que sobra além das cidades, mas como parte do mundo. Com esse novo olhar, os sem-terra foram pensando e discutindo com os povos do campo, os camponeses os quilombolas e os indígenas, sua diferente concepção de saber, que ficou conhecida na Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998.

Um ponto de chegada dessa caminhada foi a aprovação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, e também um novo ponto de partida para a realização efetiva das resoluções das Diretrizes, pois sabemos que pelo duro aprendizado de conquista da cidadania que a luta faz a lei e garante os direitos.

Dessa forma não podemos deixar de resgatar Paulo Freire (1987) que discute desenvolvimento numa lógica de igualdade e autonomia. Pois ele diz que para ter desenvolvimento é necessário o movimento da busca da criatividade, que tenha no ser mesmo que o faz o seu ponto de decisão. Por essa razão, nenhuma conquista é garantida sem organização permanente.

A aprovação das Diretrizes representou um importante avanço na construção do Brasil rural, de um campo de vida, onde a escola é considerada como espaço essencial para o desenvolvimento humano.

Refletindo com Caldart (2003), nos remete a escola que deve ser vista como um espaço de construção do ser humano, quer dizer, pensa-la como um lugar onde o processo de desenvolvimento humano acontece do modo intencionalmente planejado, conduzido e refletido.

Compreender que o campo e a cidade se completam e que não podem ser pensados como relação de dependência eterna ou pela visão urbanoide e totalitária, que prevê a intensificação da urbanização como o modelo de país moderno é um novo passo para essa caminhada. Um país moderno é aquele que tem um campo de vida, onde os povos do campo constroem as suas existências, pois ele é amplo e inclui a todos, o campo e a cidade.

Na leitura atenta sobre o Relatório de Parecer e das Diretrizes pode-se perceber que o olhar da relatora sobre o campo se forma com as visões dos povos do campo e com os estudos mais recentes dos pesquisadores do mundo rural, citado a seguir: “O campo, nesse sentido, mais que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”. (BRASIL, 2001, p.1).

O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifundiário e da grilagem de terras, ele é lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, e estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. Pois é nele que estão as florestas onde vivem as diversas

nações indígenas. Por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação.

A construção dessa visão é fundamental e necessária para se defender a escola do campo, pois não há como justificar a existência de uma escola a partir da visão do latifundiário ou apenas como o que sobra depois do perímetro urbano. Pois essa escola tem características e necessidades próprias em seu espaço cultural.

A visão de campo de vida pode ser construída a partir da luta pela Terra e da resistência para se ficar na terra. E essas foram desenvolvidas pelos sem-terra, pelos camponeses, quilombolas, e também pelos povos indígenas. Pois foram eles que com suas formas de lutar, de resistir, conquistar que construíram essa realidade. Foi dessa forma conseguiram que os assentamentos foram implantados, que as terras dos quilombolas fossem reconhecidas e regularizadas, que os territórios indígenas começassem a ser demarcados e, com isso a sua população voltou a crescer.

Essa história não pode ser ignorada nem esquecida. Ou corremos o risco de perder a essência da realidade, como explicita: "... a partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, face ao inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural como adaptação reforçam essa concepção." (BRASIL, 2001 ,p.2).

A Educação Básica do Campo precisa ser compreendida por suas diferencialidades e não com uma visão homogeneizada que só interessa aos que querem o domínio do latifúndio e seus interesses próprios, ela nasceu para resistir e para superar essa concepção

A história do campo brasileiro pode ser lida de diversas maneiras, pois é a

luta contra o cativo e contra o latifúndio.

Tendo como parâmetro a educação do Campo, a partir do capítulo do parecer denominado: Diretrizes Operacionais por a Educação Básica nas escolas do campo, expõe o seguinte: “No Brasil, todas as instituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrário, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de em lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo”. (BRASIL, 2001, p.3).

Registra-se que a primeira referência à educação rural no ordenamento jurídico brasileiro só apareceu em 1923, nos anais do primeiro Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. A educação rural, como forma de controle sociopolítico. Então ali nascia o modelo de educação rural do patronato, a qual privilegiava o estado de dominação das elites sobre os trabalhadores.

Na Constituição de 1934, aparece uma referência à educação rural, que se constituía a partir do modelo de dominação da elite latifundiária. As constituições de 1937 e 1946 evidenciam a mudança de poder da elite agrária para as emergentes elites industriais. Mantém-se desse modo, o modelo de educação rural, mas aperfeiçoa-se o sistema de subjugação, implantando-se o ensino agrícola, mas sob o controle de patronato.

A constituição de 1967 e a emenda de 1969, sob o controle ditatorial dos militares, reforçaram esse sistema. Somente na Constituição de 1988 é que a educação é, finalmente, promulgada como direito de todos. Nascia ali a perspectiva da construção de uma educação do campo, livre do jugo das elites. E é o que foi feito, como explicita: “É dessa forma que se pode explicar a realização da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que teve como principal mérito recolocar, sob, outras bases, o rural e a educação que a ele se

vincula". (BRASIL, 2001, p.9).

Destaca-se também a presença do ensino rural nas novas constituições estaduais. E se por um lado, ela é fruto da organização popular, por outro também é de transformações recentes do campo brasileiro. Na Conferência "Por uma Educação Básica do Campo" destacava que a crise econômica atual formava um conjunto de fatores que ajudavam a explicar as mudanças na relação e interação campo-cidade. Como a mobilização desses povos e o fim do êxodo rural.

No texto base da Conferência mostrava as evidências da Constituição de uma nova realidade, a qual exigia outra leitura do campo e da educação voltada para essa realidade. Como exemplo, que os assentamentos rurais em diversas regiões haviam contribuído para uma mudança de direção no modelo de desenvolvimento local e também o aumento populacional em alguns municípios, pois era resultado da luta pela terra, com a transformação de latifúndios em assentamentos rurais. Para fortalecer o desenvolvimento e a consolidação das comunidades em formação foi preciso que essa realidade fosse repensada.

Então, novos estudos apareceram, que contribuiu para uma ampla reflexão a respeito dos conceitos de rural e urbano no Brasil. Exemplificando é o estudo de José Eli da Veiga (2002) que, a partir dos dados do Censo Populacional de 2000, mostra a subestimação que se faz do Brasil rural.

Em seu livro *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*, o autor demonstra que por meio de conceitos e critérios equivocados, o Instituto Brasileiro de geografia e Estatística considera como população urbana uma parcela importante da população rural.

A Educação Básica do campo é fundamental para o exercício da cidadania dos povos do campo, isto traz sem dúvida, mais que o significado de um conceito, traz em si a perspectiva de desenvolvimento para uma importante parte da população brasileira.

A Educação do campo tem por objetivo defender o direito que uma

população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, da terra em que pisa, ou seja, a partir de sua realidade, pois quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos idealizamos um mundo.

Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado dificulta a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

No texto base da Conferência “Por uma Educação Básica do campo” apresenta os elementos da realidade em formação, vinculados à história de exclusão a que os trabalhadores estão submetidos, sem conseguir defender os seus direitos de poder pensar e construir uma proposta pedagógica que possibilitasse a sua autonomia sociopolítica, rompendo com as políticas de dependência e dominação, que: “ Não basta ter escolas no campo, queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo”.

As diferenças entre escola no campo e escola do campo são pelo menos duas, pois enquanto escola no campo representa um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo. Nesse sentido, torna-se como referência os artigos 206 e 216 da Constituição de 1988.

Com isso, na Lei de Diretrizes e Bases está o reconhecimento da diversidade sociocultural, o direito plural, possibilitando a elaboração de diferentes diretrizes operacionais.

O conceito Educação do Campo foi sendo constituído e se expandiu em suas derivações que contêm os princípios de seus significados que são o direito de pensar o mundo a partir de seu próprio lugar. Assim, essa educação do campo e escola do campo são palavras que encerram em si a história de uma luta, de um

trabalho que começa a dar frutos, com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, representa uma conquista da caminhada e uma mostra desse triunfo está no parágrafo único do artigo 2º “A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país”

Ainda os artigos 9,10 e 11 especificam que “As demandas dos movimentos sociais poderão subsidiar as políticas educacionais”, determinando a abertura à participação democrática dos seus protagonistas; que nas escolas do campo está garantida a gestão por meio de mecanismos que possibilitem as relações entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais. Mecanismos como esses devem viabilizar a participação de todos, garantindo a autonomia das escolas de modo solidário e coletivo para discutir os problemas do campo.

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma Educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no campo e do campo. No, o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada á sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

A Educação do Campo se tem desenvolvido em muitos lugares através de programas, práticas comunitárias, experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas, porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência. Mas é preciso ter clareza de que isto não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação.

## **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Uma experiência em que sei que os resultados foram bons, é o de fazer da escola de campo um lugar de frequência constante, usar desse espaço como um local de socialização. Trabalhos em que se unificam tanto o trabalho de classe, como o trabalho de campo, e pensando nisso, a construção de uma horta nas escolas vem dando certo, pois a mesma detém um espaço, que se adequada para essa tarefa.

Existem também hortas que não são diretamente no solo, elas são produzidas dentro de garrafas PET, cortadas ao meio, e penduradas nas paredes, formando uma “cortina” de legumes e com isso ajudam também preservar o meio ambiente, e enriquecer a merenda escolar.

Entre as atividades que promovem a interação entre a teoria e a prática é a “cozinha experimental”, pois a cada aula prática na cozinha da escola é preparado um prato simples, e para cada receita, trabalham com a multidisciplinaridade em história e geografia, trabalham a origem do prato a cultura; na biologia, as raízes, na língua portuguesa trabalha o processo de preparação do prato, em algumas vezes os alunos levam para a aula os produtos colhidos no quintal de suas próprias casas, prática que também contribuem para aumentar a sua autoestima e valoriza a atividade agrícola da família.

## **CONSIDERAÇÕES**

Precisamos pensar uma política de educação que se preocupe com o jeito de educar, de modo a construir uma qualidade de educação que formem pessoas como sujeitos de seus próprios direitos.

A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam as condições de sujeitos da direção de seu destino.

Para isso, todos precisam ajudar a colocar as questões da educação na agenda de cada um dos sujeitos do campo: das famílias, das comunidades, dos

movimentos sociais e de outras organizações populares.

A realidade que deu origem ao movimento por uma Educação do campo é de violenta desumanização das condições de vida no campo, uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão que exige transformações sociais estruturais e urgentes.

Os sujeitos da educação do campo são pessoas que sentem na própria pele os efeitos desta realidade perversa, mas que não se conformam com ela. São sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho no campo.

O movimento por uma Educação do Campo vincula a luta por educação com o conjunto das lutas pelas transformações das condições sociais de vida no campo, e tem-se a preocupação de fazer e ajudar os educadores a fazer uma leitura histórica da realidade mais ampla.

O campo tem diferentes sujeitos, são pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, caboclas, meeiros, assalariados rurais e outros. Entre estes, há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não, há diferenças de gênero, etnia, religião, geração, são diferentes jeitos de produzir e de viver, diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas, diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo, diferentes lutas.

Na trajetória do movimento por uma Educação do Campo está construindo alguns aprendizados básicos sobre estas diferenças. Um deles é que estas diferenças não apagam nossa identidade comum: somos um só povo, somos a parte do povo brasileiro que vive no campo e que historicamente tem sido vítima da opressão e da discriminação, que é econômica, política, cultural.

Aprendemos que a divisão em nome das diferenças somente interessa a

quem nos oprime: "dividir para melhor dominar" é uma máxima tão antiga quanto a própria dominação e também que, em nome de nossa identidade comum e dessas lutas comuns, não podemos querer apagar nossas diferenças, ignorando identidades e culturas construídas em séculos de história e através de tantas outras lutas; isto certamente significaria reproduzir entre nós o processo de invasão cultural, segundo Paulo Freire, que em conjunto já sofremos há séculos. Nossa perspectiva deve ser a do diálogo. Somos diferentes e nos encontramos como iguais para lutar juntos pelos nossos direitos de ser humano, de cidadão e para transformar o mundo. O respeito às diferenças faz o nosso movimento mais forte, bonito e mais parecido com a vida mesmo, sempre plural em suas expressões, em seus movimentos.

A expressão Educação do campo, já identifica também uma reflexão pedagógica que nasce das diversas práticas de educação desenvolvidas no campo ou pelos sujeitos do campo.

É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte, que compreende quer os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas, que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos, que as práticas sociais e, entre elas, especialmente as relações de trabalho conformam os sujeitos. É por isso que afirma que não a como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes e sem prepará-los para ser os sujeitos dessas transformações.

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas a luta pela escola tem sido um de seus traços principais, porque a negação do direito a escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos sujeitos do campo, porque a escola tem uma tarefa

educativa fundamental, especialmente na formação das novas gerações e porque a escola pode ser um espaço efetivo de fazer acontecer a Educação do campo.

Construir uma escola do campo significa estudar para viver no campo, ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo. A Escola do Campo tem que ser um lugar onde especialmente as crianças e os jovens possam sentir orgulho desta origem e deste destino, não porque enganados sobre os problemas que existem no campo, mas porque dispostos e preparados para enfrentá-los coletivamente.

Construir uma escola do campo significa pensar e fazer dela a partir do projeto educativo dos sujeitos do campo, trazendo para dentro da escola as matrizes pedagógicas ligadas às práticas sociais, combinar estudo com trabalho, com cultura, com organização coletiva, pensar a escola a partir do seu lugar e dos seus sujeitos, dialogando sempre com a realidade mais ampla e com as grandes questões da humanidade.

Por isso a realização que envolve projetos de hortas nas escolas é de grande importância, pois através dela o ser humano age como parte integrante, desenvolvendo competências que permitem aos alunos a importância de uma alimentação de qualidade entre outros objetivos que são:

- Contribuição para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis;
- Promoção de uma mudança de postura e de percepção de responsabilidade em relação à gestão saudável dos diversos espaços e ambientes em que vivem;
- Obtenção de alimentos para a melhoria da qualidade da merenda escolar;

E o principal que é o incentivo pelo gosto em se plantar hortas domésticas.

Com tudo o que foi exposto no decorrer do trabalho, acreditamos que esta escola de campo será mais do que escola, porque terá uma identidade própria, mas vinculada a processos de formação bem mais amplos, que não começam nem terminam nela mesma e que também ajuda na tarefa grandiosa de fazer a

terra ser mais terra.

### **Referências Bibliográficas:**

ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica Castagna: **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis. R.J. Vozes – 2004.

Conselho Nacional de Educação. Parecer 36| 2001, da relatora Soares, Edla de Araújo Lira às **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas de campo**. Brasília, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Educação no meio rural: por uma escola do campo. texto elaborado a pedido da conferência UNESPO, 1998.

Para uma melhor distribuição da terra. O desafio da Reforma Agrária. CPT e Edições Loyola, 1998.